

1
2
3 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
4 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 12 DE MAIO**
5 **DE 2014.**

6 Às quatorze horas e quinze minutos do dia doze de maio de 2014, em última convocação, no
7 auditório do CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, Cidade Nova, reuniram-se representantes
8 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença de
9 conselheiros titulares e suplentes, cujos nomes e assinaturas constam no livro de presença, para
10 tratar dos seguintes assuntos: **1- Informação da comissão sobre as ações requeridas pelo**
11 **Ballet de Santa Teresa à SMDS; 2- Leitura e aprovação da ata da assembleia de abril de**
12 **2014; 3- Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Apresentação do Sr.**
13 **Carlos Humberto / Canal Futura; 4- Edital 2013; 5- Deliberação de registros e entrega de**
14 **Certificados; 6- Deliberação certificado de regularidade 2014; 7- Informes das Comissões;**
15 **8- Apresentação do resultado da pesquisa sobre o FMADCA; 9- Informes Gerais.** A mesa foi
16 composta pelos conselheiros Jose Pinto Monteiro, Danilo Groff Filho, Maria Auxiliadora Ruas
17 Justo e Maria Nazareth de Abreu Barreto. O presidente Jose Pinto Monteiro abriu a assembleia
18 apresentando a pesquisa elaborada pela Comissão de Políticas Públicas para ser respondida pela
19 plenária. O presidente Jose Pinto Monteiro registrou a presença do Dr. João Carlos Mendes de
20 Abreu da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude. **1- Informação**
21 **da comissão sobre as ações requeridas pelo Ballet de Santa Teresa à SMDS:** o presidente
22 Jose Pinto Monteiro informou que, após os fatos relatados pela entidade Ballet de Santa Teresa
23 na assembleia de abril quanto ao convênio do Projeto Sons do Mundo, foi criada uma comissão
24 mista, que após reunião com a entidade, protocolou ofício junto à Subsecretaria de Gestão, da
25 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, solicitando que o documento de
26 justificativa apresentado pela Entidade fosse submetido à apreciação e parecer da Procuradoria
27 Geral do Município. **2- Leitura e aprovação da ata da assembleia de abril de 2014:** a
28 conselheira Maria Auxiliadora Ruas Justo fez a leitura da ata da assembleia de 14 de abril, que foi
29 aprovada por unanimidade. **3- Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes –**
30 **Apresentação do Sr. Carlos Humberto / Canal Futura:** o Sr. Carlos Humberto agradeceu o
31 convite e esclareceu que o Canal Futura era uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho, um
32 canal de TV derivado de um projeto social de comunicação que se voltava para temas educativos.
33 O S. Carlos Humberto apontou que o Canal Futura acompanhava as discussões sobre
34 Exploração e Abuso Sexual e por isso desenvolveu uma série educativa audiovisual sobre o tema,
35 em parceria com especialistas e revisado a partir da experiência de crianças e adolescentes
36 vítimas. Informou que o Projeto consistia em sensibilizar e esclarecer os diversos atores sociais
37 envolvidos na rede de exploração e abuso sexual para combater a prática. O Sr. Carlos Humberto
38 destacou que o projeto piloto foi implantado em três municípios do Rio de Janeiro - São Gonçalo,
39 Niterói e Arraial do Cabo, e na Cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE. O projeto envolvia
40 diversas secretarias locais para elaboração do plano de trabalho, consolidação da rede e
41 promoção de debates. Apontou que onde o projeto foi implantando houve aumento nos casos de
42 denúncias de exploração sexual. Destacou que a problemática do abuso era um gargalo, que
43 muitas vezes ocorria no interior das famílias, de forma velada, dificultando a identificação dos
44 casos. Citou a experiência do município de Arraial do Cabo na qual a exploração sexual de
45 crianças e adolescentes era conhecida e naturalizada no comércio e rede hoteleira e, após
46 implantação do projeto os comerciantes receberam um selo de adesão e houve aumento
47 exponencial das denúncias. O Sr. Carlos Humberto informou que a censura da série era livre e o
48 material estava disponível para acesso no Canal Futura. O Sr. Carlos destacou que a metodologia
49 utilizada pretendia difundir e promover o debate do tema. Informou que todos os episódios da
50 série eram encerrados com uma sugestão de encaminhamento para a problemática apresentada
51 pelos personagens nas diversas situações de exploração e/ou abuso sexual de crianças e

52 adolescentes. Encerrada a apresentação e aberto para as perguntas da plenária, a Sr^a Claudia
53 Cabral, da entidade Terra dos Homens, elogiou a iniciativa de abordar o tema e sugeriu que fosse
54 prática contínua a realização de assembleias temáticas no CMDCA. A Sr^a Claudia sugeriu
55 aprofundamento do tema e questionou se havia informações sobre as ocorrências na cidade do
56 Rio de Janeiro. O Sr. Carlos Humberto informou das ações em âmbito estadual, como a parceria
57 com a Secretaria de Estado de Educação, para uso da série sobre Abuso e Exploração Sexual
58 nas escolas, as ações do Ministério Público – MP, com o mapeamento e a elaboração da Cartilha
59 para os agentes de segurança pública, e a formação do Comitê dos Megaeventos, coordenado
60 pela Fundação para a Infância e Adolescência - FIA. No âmbito municipal, destacou o trabalho do
61 FEPETI e a parceria com a Fundação MUDES. O conselheiro Danilo Groff Filho informou que o
62 CMDCA estava revisando o Plano Municipal de Enfretamento às Violências Sexuais contra
63 Crianças e Adolescentes, que era membro do Comitê dos Megaeventos e participou da
64 elaboração da cartilha do MP. O Sr. André, da ONG Contato, destacou o projeto de sua entidade
65 que investia na escuta das crianças e adolescentes e suas famílias. Refletiu que o sucesso no
66 atendimento desta demanda requeria a articulação entre as diversas políticas públicas. O Sr.
67 André sugeriu que os diversos órgãos públicos pudessem apresentar seus serviços nas
68 assembleias. O Sr. Sebastião, da entidade Amar, elogiou a dinâmica das últimas assembleias do
69 CMDCA e questionou ao Sr. Carlos Humberto se as entidades poderiam utilizar a série
70 apresentada. O Sr. Carlos Humberto informou que o material estava disponível para ser baixado
71 na internet. A conselheira Maria Auxiliadora Ruas Justo frisou que todos os atores que atuavam
72 com crianças e adolescentes tinham compromisso e responsabilidade na garantia dos direitos de
73 crianças e adolescentes e solicitou a participação da plenária para escolha dos temas futuros a
74 serem discutidos nas assembleias. A Sr^a Cristina Salomão informou que a FIA estava distribuindo
75 material para os eventos do mês de Combate à Exploração e Abuso Sexual. **4- Edital 2013:** o
76 presidente Jose Pinto Monteiro esclareceu que houve alterações no Edital 2013, com objetivo de
77 sanar alguns entraves que dificultavam a assinatura e a prestação de contas dos convênios.
78 Frisou que o objetivo era firmar os convênios no prazo de 90 dias e aprimorar os processos de
79 gestão. O presidente Jose Pinto Monteiro apontou que o Fundo Municipal para Atendimento dos
80 Direitos da Criança e do Adolescente - FMADCA havia captado apenas quinhentos mil reais no
81 ano de 2013 e iria investir na Certificação dos Projetos e na capacitação das entidades para
82 buscar financiadores e para potencializar a arrecadação. A Sr^a Wania Tavares, da Secretaria
83 Executiva do CMDCA, informou que o Edital 2013 seria republicado. Destacou as mudanças no
84 Termo de Referência do Projeto Complementar e o novo cronograma do Edital: Entrega dos
85 envelopes dias 30/06 e 01/07/2014, de 10h00 as 17h00, na sala do CMDCA. Orientou que as
86 entidades buscassem as Coordenadorias de Desenvolvimento Social para autenticação dos
87 documentos, e, se necessário, recorresse ao CMDCA com antecedência à data de entrega dos
88 projetos para autenticação. A Sr^a Wania Tavares informou que foi suprimida a exigência de
89 registro no CMAS para concorrer no Edital 2013. A deliberação que tratava do Edital 2013 foi
90 aprovada por unanimidade. **6- Deliberação certificado de regularidade 2014:** o presidente Jose
91 Pinto Monteiro informou que cerca de 30 entidades estavam com pendência de documentação
92 para o Certificado de Regularidade Anual, por isso, o CMDCA estava prorrogando o prazo de
93 entrega até 30 de maio de 2014. A assistente social Eliane Coimbra, da Secretaria Executiva do
94 CMDCA, leu a relação nominal das entidades pendentes. A deliberação que tratava do Certificado
95 de Regularidade Anual foi aprovada por unanimidade. **5- Deliberação de registros e entrega de**
96 **Certificados:** o presidente Jose Pinto Monteiro fez a leitura da deliberação que tratava do registro
97 das entidades, que foi aprovada por unanimidade. Foi feita a entrega dos certificados. **7-**
98 **Informes das Comissões:** a conselheira Mariana Cainélli de Carvalho informou sobre as ações
99 da Comissão de Políticas Públicas – planejamento das temáticas das assembleias; mobilização
100 para participação de crianças e adolescentes nas assembleias; a revisão do Plano Municipal de
101 Enfretamento às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes e a elaboração do
questionário aplicado na assembleia de maio. O Sr. André, da ONG Contato, sugeriu que o

103 CMDCA fizesse aproximação com as entidades que trabalhavam com a metodologia de
104 participação de crianças e adolescentes para conhecer e aplicar nas assembleias. A conselheira
105 Alessandra Celita Couto Fogaça informou sobre as atividades da Comissão de Comunicação:
106 previsão de lançamento ECA ilustrado e do marcador de livro, no mês de julho; elaboração do
107 folder sobre violência e abuso sexual de crianças e adolescentes a ser utilizado na Copa do
108 Mundo - com versão em português, inglês e espanhol; e, elaboração de outdoors para o período
109 da Copa do Mundo. **8- Apresentação do resultado da pesquisa sobre o FMADCA:** não foi feita
110 a apresentação. **9- Informes Gerais:** a conselheira Maria Auxiliadora Ruas Justos informou
111 sobre o evento da Fundação MUDES, no dia 18/05/2014, na Feira de Tradições Nordestinas,
112 sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. O presidente Jose Pinto Monteiro informou
113 sobre evento SENAC Cine Fórum, no dia 13/5/14, às 8:30h, na Rua Santa Luzia, 675, 7º andar,
114 Centro. A Srª Vânia Farias informou que na última reunião do FORUM DCA foram levantadas
115 algumas irregularidades do atendimento do Programa Família Acolhedora. A Srª Vânia apontou o
116 problema das creches municipais que estavam atendendo em meio período, que refletia na
117 organização das famílias e penalizava diretamente os filhos maiores, que acabavam ficando
118 responsáveis pelo cuidado dos irmãos. A Srª Vânia Farias informou que a ata da reunião foi
119 encaminhada para ciência o CMDCA, e que a próxima reunião seria realizada em 26/05/14, as
120 14:00h no Projeto Legal, Av. Marechal Floriano, 199, 5º andar. Centro. O presidente Jose Pinto
121 Monteiro convidou a Srª Vânia Farias para discutir, na mesa diretora de junho, as temáticas
122 levantadas pelo FORUM DCA. O Sr. Sebastião, da entidade Amar, atentou que em 23/07/14 seria
123 realizado o ato em memória da Chacina da Candelária, com vigília das mães, celebração de
124 missa e caminhada, por isso haveria reunião para organização do evento, na Associação São
125 Martinho, às 14:00h, em data a confirmar. O conselheiro Danilo Groff Filho informou sobre a
126 alteração legal do período dos mandatos dos conselheiros tutelares e da Resolução 152/2012, do
127 CONANDA, que normatizou o processo de transição dos mandatos em todo Território Nacional.
128 Informou que o CMDCA iria oficializar a SMDS, o Ministério Público e a Câmara dos Vereadores para
129 definição do período dos mandatos dos conselheiros tutelares da cidade do Rio e Janeiro. A
130 conselheira Maria Nazareth de Abreu Barreto informou sobre a implantação do SIPIA, que estava
131 em andamento no Conselho Tutelar de Vila Isabel. Explicou que houve o aparelhamento dos
132 conselhos tutelares, no entanto, havia deficiência na estrutura dos imóveis, da rede elétrica, e
133 outras, que ainda impediam a implantação do sistema em todos os CTs. Além disso, apontou que
134 no Rio de Janeiro os CTs dispunham de equipe técnica para assessoria, e este fato incidia na
135 implantação do SIPIA, exigindo outros níveis de acesso. A conselheira Maria Nazareth de Abreu
136 Barreto informou que a SMDS previu a contratação de profissionais administrativos e de
137 informática para garantir o melhor funcionamento dos CTs. O Sr. Sebastião, da entidade Amar,
138 defendeu que era importante ouvir os conselheiros tutelares quanto ao funcionamento do órgão.
139 Nada mais havendo a tratar, o conselheiro José Pinto Monteiro deu por encerrada a assembleia
140 às dezessete horas, e a ata segue assinada pelo presidente, em 12 de maio de 2014.

José Pinto Monteiro
Presidente -CMDCA- Rio